



**Ata da 31.<sup>a</sup> Reunião de Câmara | Extraordinária**  
**27 de novembro de 2023, 16:00h**  
**Maia, Paços do Concelho**

Ao vigésimo sexto dia do mês de novembro de dois mil e vinte e três, pelas dezasseis horas, na sala de reuniões no terceiro piso do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a trigésima primeira reunião de Câmara, extraordinária.

Secretariou a reunião a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Marisa Neves.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
3. Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos
4. Vereador, António Manuel Leite Ramalho
5. Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves
6. Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras
7. Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
8. Vereador, António José Ferreira Peixoto

Estiveram ausentes, por motivos devidamente justificados: o senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho, a Senhora Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda, e o Senhor Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro (Coligação Maia em Primeiro).

Estiveram presentes em regime de substituição: a Senhora Vereadora, Susana Maria Pereira Junqueira Pacheco Neto, e a Senhora Vereadora, Maria Alexandra Leite da Silva Torres Teles de Menezes (Coligação Maia em Primeiro).



Todos os assuntos serão novamente objeto de apreciação na reunião de Câmara extraordinária já convocada para o dia 30 de novembro de 2023.

A reunião teve início pelas 16:00h, com a seguinte ordem de trabalhos:

**1. Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M. - Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2024**

Ofício da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M. – registo n.º 57 368/23

Foi feita uma apresentação do documento pelo Diretor da Empresa, Nélson Ferraz, presente através de videoconferência.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, em relação a recursos humanos e face à informação disponibilizada, questionou qual era o número de trabalhadores e qual o número estimável para contratar no próximo ano.

O Senhor Diretor da Empresa, Nélson Ferraz, respondeu que naquele momento tinham vinte e quatro colaboradores e a previsão era que fosse até aos vinte e seis, vinte e sete, precisamente para cobrir as novas zonas de estacionamento. Mais acrescentou que pretendiam contratar agentes de fiscalização.

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, referiu que na página trinta de cinquenta e sete (página vinte e sete do documento), estava o mapa de pessoal, mas julgava que havia uma gralha no balanço, no ponto dois, remunerações de pessoal – pessoal do quadro – €33 414,00 (trinta e três mil quatrocentos e catorze euros), considerando que devido haver erro porque não seria de certeza daquela ordem de grandeza.

O Senhor Diretor da Empresa, Nélson Ferraz esclareceu que era o valor mensal.

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, mais acrescentou que na coluna da direita, nos valores executados em dois mil e vinte e três, estava €295 930,00 (duzentos e noventa e cinco mil novecentos e trinta euros), considerando que ou havia uma gralha ou teriam que ter explicado que era o valor mensal.

O Senhor Diretor da Empresa, Nélson Ferraz, esclareceu que aquele valor era anual.



A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, deu nota que o somatório das parcelas abaixo, de €400 968,00 (quatrocentos mil novecentos e sessenta e oito euros) teria que dar aquele valor.

O Senhor Diretor da Empresa, Nélson Ferraz, esclareceu que o valor de cerca de €33 000,00 (trinta e três mil euros) tinha que ser multiplicado por catorze.

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, referiu que da forma como estava, não estava muito intuitivo, porque os somatórios não batiam certo. Em relação ao aumento salarial previsto pela empresa para o próximo ano, deu nota que no texto era referido que o aumento acompanharia o aumento da função pública, na ordem dos cinco por cento, mas não seria exatamente daquela forma, quando já eram conhecidos os valores do Orçamento de Estado para dois mil e vinte e quatro. Questionou se o que tinham previsto no documento era um aumento para todos de cinco por cento.

O Senhor Diretor da Empresa, Nélson Ferraz, respondeu que não, era a passagem de nível mais os cinco por cento. Mais referiu que a cada dez anos havia uma progressão na carreira.

O Senhor Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, reiterou que os valores referidos pela Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, estavam efetivamente mal. Mais acrescentou que, no documento, no ponto cinco, eram referidos encargos que subiam muito. No ponto dois, a verba de €400 968,00 (quatrocentos mil novecentos e sessenta e oito euros) estava mal, e o défice devia ser grande.

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, salientou que a metodologia devia ser sempre a mesma e não podiam ter uma coluna mensal e outra coluna anual.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, questionou se os valores todos mencionados, de prémios, seguros, entre outros, eram todos anuais com exceção do valor já mencionado de €33 414,00 (trinta e três mil quatrocentos e catorze euros).



O Senhor Diretor da Empresa, Nélson Ferraz, respondeu que todos eram anuais com a devida exceção do valor de €33 414,00 (trinta e três mil quatrocentos e catorze euros), que era anual.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, mais questionou se todos os valores eram anuais, o porquê de aquele não ser.

O Senhor Diretor da Empresa, Nélson Ferraz, esclareceu que era para saberem o valor que a empresa despendia mensalmente com o pessoal.

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, salientou que mesmo assim não estava correto, porque o valor de €33 414,00 (trinta e três mil quatrocentos e catorze euros) vezes catorze, dava €467 000,00 (quatrocentos e sessenta e sete mil euros). Considerava, assim, que havia um erro que tinha que ser corrigido.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, referiu que o valor de €33 414,00 (trinta e três mil quatrocentos e catorze euros) deveria ser multiplicado por doze, perfazendo o valor de €400 968,00 (quatrocentos mil novecentos e sessenta e oito euros) e que os valores que estavam abaixo deviam ser somados a este último. Mais acrescentou que o valor deveria ser corrigido para que na próxima quinta-feira, fosse presente o documento com aquela página substituída.

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, deu nota que pela leitura dos documentos, não tinha visto nenhuma orientação clara sobre os aumentos salariais, porque o aumento na função pública não seria de cinco por cento para todos, se as várias empresas municipais iriam ter todas o mesmo aumento médio e se tinha havido orientação do Município nesse sentido.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, esclareceu que não tinha sido dada nenhuma orientação nesse sentido.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras realçou que iria criar desigualdades entre as empresas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, esclareceu que os Conselhos de Administração tinham autonomia de gestão e a Câmara Municipal não tinha transmitido nenhuma orientação precisa.



A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, em relação ao subsídio de alimentação, deu nota que a EMEM tinha €8,00 euros (oito euros), enquanto que o valor estava em €6,00 (seis euros) para toda a função pública. Isso iria levar a uma disparidade. Mais acrescentou que sabia que eles tinham autonomia, mas considerava mais lógico que as empresas que não tivessem subsídio à exploração podiam ter autonomia, mas as que não tinham deviam reger-se por mínimos e equiparados ao resto.

O Senhor Vereador Mário Nuno Alves de Sousa Neves deu nota que a empresa tinha um acordo, vantajoso para ambas as partes, e que a mesma operava num mercado específico, com pouco *know-how*. Mais referiu que, se comparassem os salários dos colaboradores da empresa com os da função pública, nomeadamente ao nível de técnico superior, estes últimos eram bem mais bem remunerados. Queriam que quem ganhasse pouco ganhasse mais e os que tinham funções de maior responsabilidade não estivessem tão desequilibrados, comparativamente com os técnicos com responsabilidade similar na Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, esclareceu que o subsídio à exploração era uma forma legal da Câmara Municipal facultar um determinado valor de receita à empresa, para que esta preste um serviço à comunidade em substituição da Câmara Municipal.

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, deu nota que também tinha reparado que havia um seguro de saúde, e não tendo ADSE, questionava se tinham o seguro pelo acordo da empresa.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, respondeu que sim, dado que não tinham ADSE.

**Foi tomado conhecimento.**

## **2. Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M. - Instrumentos de Gestão Previsional ano 2024**

Ofício da Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M. – registo n.º  
55 137/23

Foi feita uma apresentação do documento pela Dirigente na Maiambiente, Helena Lopes.





A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras deu nota que, analisando o documento distribuído, em primeiro lugar, a Maiambiente para dois mil e vinte e quatro, tinha um orçamento muito ambicioso, a nível de plano e atividades, não só uma diversidade grande, e muito dos investimentos a serem, e bem, apoiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência, sendo a única empresa municipal a fazê-lo. Em relação aos fundos comunitários, solicitou uma pequena descrição dos mesmos e o valor do financiamento até dois mil e vinte e cinco. Em relação ao investimento a ser feito ao nível das tecnologias, algo a realçar e que iria contribuir para um aumento da produtividade da empresa e melhoria dos seus resultados. Em relação aos resultados da implementação da metodologia *Kaisen*, excelente iniciativa, saudou por aquela implementação. No que dizia respeito ao orçamento, aumento de custos, de rendimentos, e tendo a empresa um subsídio à exploração na ordem dos €4 060 000,00 euros (quatro milhões e sessenta mil euros), não estava no documento os comparativos com dois mil e vinte e três com gastos com pessoal, que atingiam quatro ponto vinte e nove milhões de euros, deixando assim uma sugestão para o futuro. Questionava assim qual era a percentagem de aumento estimado para o próximo ano.

A Senhora Dirigente na Maiambiente, Helena Lopes, presente por videoconferência, respondeu às questões colocadas.

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, relativamente ao PRR da agente mobilizadora, deu nota que não tinha conseguido ouvir tudo o que tinha sido dito, questionando qual dos ecocentros iria ser readaptado em *smart recycle center* para ser utilizado vinte e quatro horas, sete dias.

A Senhora Dirigente na Maiambiente, Helena Lopes, respondeu que ainda não estava definido, mas que estava previsto todo um trabalho prévio com terceiros.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras lembrou que só faltavam dois anos para o projeto terminar.

A Senhora Dirigente na Maiambiente, Helena Lopes, esclareceu que iriam começar com o trabalho técnico.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, em relação aos aumentos de custos, custos com pessoal, custos com contratos externos, entre outros, deu nota que não tinham o mapa de dois mil e vinte e três, tendo apenas o



de dois mil e vinte e quatro. Considerava que tinha sido um lapso e caso fosse possível, gostariam de ter esses dados até à próxima quarta-feira.

A Senhora Dirigente na Maiambiente, Helena Lopes, respondeu afirmativamente.

**Foi tomado conhecimento.**

**3. Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. S.A. – Instrumentos de Gestão Previsional ano 2024**

Ofício da Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. S.A.

Foi feita uma apresentação pelo Administrador da Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. S.A, Nuno Lopes, presente através de videoconferência.

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, referiu que a empresa, nos próximos anos, seria alvo de um acompanhamento por parte do Executivo, até pelo exigente programa e pelo desafio que tinham pela frente, com um orçamento muito significativo e com uma missão que a todos sensibilizava, face à situação atual de falta de habitação nacional. Em relação ao documento apresentado, não tinha percebido qual era o número de trabalhadores atual nem qual era a sua evolução para o próximo ano. Mais sugeriu que, e como era sempre mais fácil ler os documentos quando tinham o comparativo do ano anterior, nas tabelas sucessivas de demonstrações financeiras e de orçamento previsional da despesa e da receita, fosse incluído também o ano anterior e dois mil e vinte e dois. Mais acrescentou que havia uma informação no documento que referia que iram ter que proceder a uma alteração ao regulamento de atribuição e gestão da habitação pública para o ajustar nos termos de um acórdão do Tribunal Constitucional, solicitando explicação.

O Administrador da Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. S.A, Nuno Lopes, respondeu que uma forma rápida e com os dados que tinha no momento, não sabia o número exato, mas que iria fazer chegar, rondando entre as quarenta e seis, quarenta e sete pessoas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, questionou o quantitativo de trabalhadores que estavam no quadro a tempo indeterminado.



O Administrador da Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. S.A, Nuno Lopes, respondeu que seriam quarenta e duas pessoas.

O contabilista certificado da Empresa, Senhor Nélson Coimbra, presente através de videoconferência, mais referiu que, em relação à segunda questão colocada, a dificuldade prendia-se em estar a comparar um orçamento do ano anterior cuja execução ainda não se tinha concluído, com um orçamento que estavam no momento a propor, não permitindo apresentar dados mais precisos, os quais seriam apresentados no relatório e contas de gestão.

O Administrador da Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. S.A, Nuno Lopes, mais referiu que, mesmo assim, para o próximo ano, tentariam apresentar dados comparativos. Em relação à terceira questão, que havia um acórdão emitido que dizia que não se podiam selecionar pedidos de habitação contendo regras que fossem inconstitucionais, nomeadamente a que criasse algum benefício a quem trabalhasse ou morasse no Município, há mais ou menos anos.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho deu nota que, em relação aos mapas, entre a página cinquenta e três e sessenta e um, era de todo conveniente ter os dados do ano anterior. Mais referiu que a Câmara e as outras empresas municipais tinham, com exceção da Espaço Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, lembrou a explicação dada pelo Senhor Nélson Coimbra, contabilista certificado da Empresa.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho referiu que quando falavam em gastos com a equipa, questionou se não sabiam qual seria o gasto total até dezembro. Mais acrescentou que o mesmo se passava com a receita em rendas. Mais questionou se, até quarta-feira, conseguiam enviar aqueles dados.

O contabilista certificado da Empresa, Senhor Nélson Coimbra, esclareceu que tinham aqueles dados ao mês, mas o orçamento de dois mil e vinte e três para dois mil e vinte e quatro quase que quadruplicava, e também a execução não correspondia ao orçamento propriamente dito, em virtude do Programa 1.º Direito, os valores eram muito superiores.





O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, salientou que não eram comparáveis, porque os valores quadruplicavam.

**Foi tomado conhecimento.**

**4. Fundação Conservatório de Música da Maia - Plano de Atividades e Orçamento ano de 2024**

Foram prestados esclarecimentos pelo Dr. José Eduardo Azevedo, presente através de videoconferência, sobre o facto de não ter enviado os documentos previsionais atempadamente, mas seriam enviados o mais rápido possível, para serem apreciados na próxima reunião de Câmara. Mais acrescentou que a Fundação tinha apresentado uma candidatura ao PRR para financiamento, mas o mesmo tinha sido aprovado há pouco tempo e isso de facto implicava para a elaboração dos documentos previsionais, uma análise mais elaborada. De seguida, fez uma breve apresentação do orçamento.

**Foi tomado conhecimento.**

**5. G.O.P. - Plano Plurianual de Investimentos, Plano das Atividades Mais Relevantes para o quinquénio 2024-2028 e Orçamento Ordinário para o ano 2024 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – SMAS**

Ofício dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – registo n.º 51 339/23

Foi feita uma apresentação do documento pela Chefe de Divisão dos SMAS, Goreti Pinto, presente através de videoconferência.

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, deu nota que estavam cientes das taxas de juros, tendo ficado satisfeitos em saber que o pagamento do empréstimo estava quase a terminar, faltando dois anos contabilísticos para isso acontecer. Mais referiu que tinha pedido a palavra para falar sobre a questão dos resultados líquidos do período, em cerca de €1 000 000,00 (um milhão de euros), mas no orçamento que tinha sido distribuído estavam cerca de €662 000,00 (seiscentos e sessenta dois mil euros). Talvez tivesse havido algum desfaseamento nos números, mas no pdf cento e cinco, nas GOP, página oito, demonstração de resultados por naturezas previsionais, estava mencionado €662 000,00 (seiscentos e



sessenta dois mil euros). Mais acrescentou que também não tinham a previsão que libertaria cerca de um ponto três milhões ou um ponto seis, a partir de dois mil e vinte e cinco.

A Chefe de Divisão dos SMAS, Goreti Pinto, esclareceu que o valor mencionado de €1 000 000,00 (um milhão) era previsional e estavam a falar de investimento, dado que o pretendiam aumentar. Se, efetivamente, conseguissem executar esse valor para todos os investimentos pretendidos, inclusive com a colocação de painéis solares nas ETAR e até no próprio edifício sede, se aumentassem na mesma proporção o investimento, iria ser refletido nos resultados líquidos.

**Foi tomado conhecimento.**

#### **6. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024 do município da Maia**

Foi feita uma apresentação do documento pela Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho.

**Foi tomado conhecimento.**

#### **7. Autorização Prévia da Assembleia Municipal e Delegação de Competências no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso - 2024**

Informação emanada pelo Departamento de Finanças e Património – registo n.º 57 659/23

**Foi tomado conhecimento.**

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.



Pelas dezanove horas e quarenta e cinco minutos o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por 11 (onze) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Marisa Neves

Maia e Paços do Concelho, 27 de novembro de 2023